



CASOS DE VIOLÊNCIA

ASSASSINATOS, AGRESSÕES E AMEAÇAS

A AUDITORES-FISCAIS
DO TRABALHO

LINHA DO
TEMPO

2004 – 2024

CASOS DE VIOLÊNCIA, ASSASSINATOS, AGRESSÕES E AMEAÇAS A AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO

LINHA DO TEMPO
2004 a 2024



Sindicato Nacional dos
Auditores Fiscais do Trabalho

Janeiro de 2023

Expediente

CASOS DE VIOLÊNCIA, ASSASSINATOS, AGRESSÕES E AMEAÇAS A AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO

Linha do Tempo - 2004 a 2024

Publicação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT

Setembro de 2024

Presidente: Bob Machado

Vice-presidente: Carlos Silva

Assessoria de comunicação do SINAIT

Pesquisa e redação: Dâmares Vaz e Solange Nunes

Acompanhamento e revisão: Andrea Bochi

Editoração eletrônica: Anderson Melo

Violência contra Auditores-Fiscais do Trabalho – mortes, agressões, ameaças, intimidação, humilhação

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT) reúne nesta Linha do Tempo casos de violência contra Auditores-Fiscais do Trabalho, em razão do exercício de suas competências. Os episódios dão conta de mortes, agressões, ameaças, intimidação, humilhação.

A preservação da vida e da integridade física dos Auditores-Fiscais do Trabalho durante as ações fiscais é uma preocupação constante do SINAIT, agravada desde a ocorrência da Chacina de Unaí, em janeiro de 2004, que ceifou a vida dos Auditores-Fiscais Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, e do motorista do Ministério do Trabalho Ailton Pereira de Oliveira.

Os episódios de violência, físicos e virtuais, contra a categoria têm, infelizmente, sido frequentes. O mais recente ocorreu em setembro de 2023, quando o Auditor Fiscal do Trabalho Humberto Camasmie, após resgatar uma empregada doméstica, passou a ser alvo de um processo de perseguição, em clara tentativa de retaliação à operação fiscal, com investigação criminal e administrativa.

Diante dessas situações, que pelo acaso não resultaram em tragédias como a ocorrida em Unaí, o SINAIT sempre tratou como inadmissível que a Administração Pública continuasse a protelar a implementação de medidas para garantir a vida e a integridade física dos servidores do Estado. A entidade nunca se conformou com a omissão do governo em relação ao risco de ocorrência de uma nova chacina embutido em cada um desses episódios de violência.

O SINAIT registra ainda que, no caso da tragédia anunciada de Unaí – anunciada porque ali as ameaças existiram, mas foram ignoradas, e o desfecho foi o pior possível –, mais de 20 anos depois familiares, amigos e categoria ainda clamam por justiça. Isso porque ainda há um mandante do crime, apesar de condenado, em liberdade.

Pleito histórico da entidade, a adoção de protocolos de segurança para os Auditores-Fiscais do Trabalho sempre esbarrava no descaso das autoridades competentes. Em junho de 2021, depois de muita luta do Sindicato e da categoria, finalmente os procedimentos foram estabelecidos, por meio da Portaria/ME nº 7.501, de 28 de junho de 2021, com entrada em vigor em 3 de janeiro de 2022.

A proposta de minuta desses protocolos, que reunia sugestões dos chefes de Fiscalização do Trabalho de todo o País, foi apresentada pelo SINAIT ao Ministério do Trabalho em 2016. Em 2019, o SINAIT reapresentou a proposta à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), naquela ocasião vinculada ao Ministério da Economia.

Instituídos os protocolos, o esforço agora se dá em torno de sua efetiva implementação. Chama a atenção que, mesmo depois da adoção deles, ocorreram casos de violência contra Auditores, o que mostra deficiências graves, que demandam correção. É em busca disso que a entidade continuará a atuar, nas diversas instâncias, nacionais e internacionais.

2004

1) 2004 - Três Auditores e um motorista do extinto Ministério do Trabalho mortos na Chacina de Unai

Crime ocorrido em 28 de janeiro de 2004. Foram vítimas de emboscada, na região rural de Unai (MG), os Auditores-Fiscais do Trabalho Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, e o motorista Ailton Pereira de Oliveira.

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal fizeram as investigações e, em julho de 2004, indiciaram nove pessoas, apontadas como mandantes, intermediários e executores. O processo começou a correr no Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1, em Belo Horizonte (MG).

A 9ª Vara Federal em BH publicou a Sentença de Pronúncia em dezembro de 2004, indicando que oito dos nove acusados deveriam ir a Júri Popular. A exceção foi Antério Mânica, que tinha direito a julgamento em foro especial, por ser prefeito de Unai – seu segundo mandato terminou no dia 1º de janeiro de 2013 e ele perdeu o foro privilegiado.

Apesar de recursos seguidos de vários dos réus, que consumiram anos, em maio de 2012 o Superior Tribunal de Justiça – STJ determinou a “baixa” dos autos originais à 9ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte. Os três primeiros réus foram julgados de 27 a 31 de agosto, e condenados.

Mais quatro réus seriam julgados no dia 17 de setembro, mas o Supremo Tribunal Federal – STF concedeu liminar suspendendo o julgamento. O julgamento de Antério Mânica, que estava marcado para 1º de outubro, também foi suspenso. O julgamento do Habeas corpus impetrado pela defesa de Norberto Mânica, pleiteando a transferência do júri para Unai, foi retomado em 28 de abril de 2015. Os ministros decidiram que o júri deveria ser mantido em Belo Horizonte.

Os julgamentos de Norberto Mânica, José Alberto de Castro, Antério Mânica e Hugo Alves Pimenta foram realizados em 2015. Foram condenados como intermediários na contratação dos pistoleiros e mandantes da Chacina de Unai.

Entretanto, apesar das penas, que alcançaram quase cem anos, eles recorreram em liberdade, em razão de serem réus primários.

No julgamento dos recursos realizado em 19 de novembro de 2018, a 4ª Turma do TRF1 decidiu que deve ser realizado um novo julgamento do fazendeiro Antério Mânica. Os desembargadores também votaram pela redução das penas de Norberto Mânica – que confessou ser o único mandante do assassinato de Nelson José –, de Hugo Alves Pimenta e de José Alberto de Castro. Recursos contra a decisão do TRF1 correm no STJ e no STF.

Todos os anos, na semana do 28 de janeiro, o SINAIT realiza Ato Público, em repúdio à decisão do TRF1, no julgamento dos recursos, e para cobrar a prisão dos condenados. Além de tomar todas as providências possíveis para que o caso seja priorizado pela Justiça.



[16 anos da Chacina de Unai: SINAIT promove ato público contra impunidade dos assassinos](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Chacina de Unai – Um dia depois de protesto do SINAIT, TRF1 marca julgamento de recursos dos mandantes](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Chacina de Unai – Em reunião com ministro Dias Toffoli, Sindicato reforça preocupação com morosidade do caso](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Chacina de Unai – Em fase atual, processos têm recursos no STJ e STF](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Chacina de Unai: PGR defende execução provisória da pena imposta pelo Tribunal do Júri](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Chacina de Unai: Auditores-Fiscais do Trabalho aguardam a prisão imediata dos condenados](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Chacina de Unai – Observatório Nacional acompanha caso e pretende agilizar respostas do Judiciário](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)

2006

2) 2006 - Grupo Especial de Fiscalização Móvel em meio a tiroteio, na Fazenda San Kara, em Comodoro (MT)

No dia 8 de fevereiro, uma equipe do Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM se viu em meio a um tiroteio durante fiscalização rural na Fazenda San Kara, no município de Comodoro, na microrregião dos Parecis, no Mato Grosso, próximo à divisa com a Bolívia. O relato é dos Auditores-Fiscais do Trabalho Benedito de Lima e Silva e Wallace Pacheco.

Quando chegaram à propriedade, encontraram poucos trabalhadores no lugar e logo descobriram que havia armas escondidas no meio do mato.

Outro trabalhador, um vaqueiro, chegou na casa onde o GEFM estava e entrou em contato com o gerente da fazenda, informando que havia um grupo de fiscalização do Ministério do Trabalho por lá, que haviam encontrado armas e queriam conversar. O GEFM informou o gerente de que passaria na sede da fazenda para falar com ele e deu seguimento à tomada de depoimentos dos empregados encontrados, o que levou toda a tarde.

Quase no final do dia, dois integrantes do grupo – um delegado da Polícia Federal e um motorista do ministério – saíram da casa por um instante e por acaso identificaram movimentos em meio à vegetação. O delegado gritou para que a pessoa se identificasse e informou que estava ali a Polícia Federal. Sem resposta, sacou sua pistola do coldre, deu dois tiros para cima e ordenou que a pessoa aparecesse. A essa altura, outros integrantes do grupo também tinham vindo para fora ver o que estava ocorrendo.

O delegado foi respondido com um tiro, que passou rente a sua cabeça. Parte do grupo entrou apressadamente na casa, ficando de fora somente os policiais. Mais tarde, o delegado e os agentes decidiram entrar também, pois estavam sendo cercados. O tiroteio se intensificou e durou cerca de cinco minutos.

De repente ouviu-se uma voz no rádio, perguntando quem estava na casa. Eram os atiradores, que diante da resposta sobre ser a Polícia Federal, disseram que se queriam guerra, eles iriam dar guerra aos agentes públicos, mesmo diante da repetição, pelo delegado, de sua identificação funcional.

Outra ameaça se seguiu – o grupo teria o fim que merece, disseram os atiradores. Passados mais alguns minutos, outro dos atiradores fez novo contato e se identificou como sendo da Polícia Militar. Então, foi cessado o tiroteio e os grupos, antes em confronto, se encontraram. Os que estavam no meio do mato chegaram na casa, que ficava no topo de uma colina.

Um sargento da Polícia Militar, que chefiava os atiradores, relatou que os proprietários da fazenda haviam feito uma denúncia de que assaltantes tinham tomado a família do vaqueiro como refém e que se encontravam entrincheirados em sua propriedade. Os donos do lugar estavam com o grupo de policiais militares e as ameaças partiram deles.

Depois que os agentes militares ouviram a identificação dos policiais federais foi que assumiram a comunicação. O delegado federal ordenou então que três policiais descessem e prendessem os proprietários por comunicação falsa de crime, e eles foram conduzidos até a sede da Polícia Federal em Cáceres. Passou por Comodoro, comunicou o fato ao comandante da Polícia Militar e a necessidade de, no dia seguinte, tomar o depoimento dos policiais que participaram do tiroteio, para instaurar o inquérito contra os donos da fazenda.

Em Cáceres, os depoimentos se desenrolaram por toda a noite e só terminaram por volta das 10 horas da manhã do dia seguinte, com o depoimento dos policiais. Passada uma década, o processo ainda não havia sido julgado.

Citação curta na matéria:



[*Sinait defende ampliação do porte de armas para Auditores-Fiscais do Trabalho*](#)

Clique ou escaneie o qrcode

2009

3) 2009 - Caso ocorrido em Xinguara e Eldorado de Carajás, no sul do Pará, em 18 de abril de 2009

Citação curta na matéria: [*Não à violência no campo*](#)



[*Não à violência no campo*](#)

Clique ou escaneie o qrcode

* O SINAIT fez o registro da ocorrência, mas não foi possível obter, no momento, mais detalhes do caso. As informações estão sendo levantadas e serão divulgadas em uma futura atualização deste documento.

2013

4) 2013 - Atentado a tiros contra Agência Regional do Trabalho em Luziânia (GO)

Na manhã do dia 18 de novembro, um homem armado invadiu a sede da Agência Regional do Trabalho e Emprego em Luziânia (GO) e fez disparos em direção ao chefe da Agência e à vigilante que prestava serviços no dia. Não havia Auditores-Fiscais do Trabalho lotados na Agência.

O chefe da unidade na época, Maxilon Cardoso Oliveira, não soube precisar quantos disparos foram feitos – ele estimou que tenham sido três: dois na direção da vigilante e um contra ele. Segundo o que relatou ao SINAIT, o atirador entrou por uma das duas portas de acesso à Agência com a arma em punho, gritando para que eles colocassem as mãos na cabeça. A vigilante escondeu-se atrás de um armário e o homem atirou na direção dela. Enquanto isso, Maxilon abaixou-se atrás de uma pilastra e também foi alvejado. Os dois não foram atingidos.

A Agência Regional de Luziânia estava sob responsabilidade da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Distrito Federal – SRTE/DF. Apenas o chefe da Agência, que é servidor administrativo, e um vigilante, trabalhador terceirizado, ficam no local durante o expediente. Duas vigilantes, mulheres, se revezavam em dias alternados. À noite, dois homens faziam a vigilância do local, também alternadamente.

Depois do ataque, Maxilon registrou ocorrência na Polícia Civil e enviou um memorando ao superintendente da SRT/DF relatando o ocorrido. Ele e a vigilante continuaram trabalhando durante o dia, normalmente. A única providência tomada foi o bloqueio de uma das portas com um armário.



[Agência Regional de Luziânia \(GO\) sofre atentado a tiros](#)

 [Clique ou escaneie o qr code](#)

5) 2013 - Ameaças a Auditores-Fiscais do Trabalho em Barreiras (BA)

Casos ocorridos em julho de 2013, fevereiro de 2014 e março de 2015

Em julho de 2013, a Gerência Regional do Trabalho – GRT em Barreiras (BA) recebeu um telefonema anônimo anunciando uma emboscada, citando o nome de quatro Auditores-Fiscais do Trabalho que seriam os alvos. Os servidores foram removidos da GRT devido à comoção que se criou em torno do fato.

Na época, os Auditores-Fiscais faziam fiscalização no cultivo e beneficiamento do algodão e, por causa do grave e iminente risco de acidentes, máquinas estavam sendo interditadas, o que incomodou muito os produtores da região. Depois dessa ameaça, as fiscalizações do

algodão passaram a ser feitas por equipes externas. As equipes locais retomaram, somente em 2014, as fiscalizações de rotina.

Em fevereiro de 2014, Auditores-Fiscais do Trabalho da GRT tomaram conhecimento de que seriam alvo de um atentado por parte de produtores rurais da região. Um grupo de pistoleiros estaria sendo contratado para “dar um susto” nos servidores.

Imediatamente, os servidores levaram o fato ao conhecimento de autoridades: Ministério Público do Trabalho – MPT, Polícia Federal, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Bahia – SRTE/BA, Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT. Eles entenderam que a melhor forma de inibir a ação criminosa era dar publicidade à denúncia.

Naquele momento, a GRT/Barreiras dava andamento à primeira fiscalização rural de 2014, sem registro de incidentes ou quaisquer conflitos durante as ações fiscais. Entretanto, ainda assim, um grupo de produtores apresentou reclamação à Confederação Nacional da Agricultura – CNA sobre supostos “excessos da fiscalização”.

Em outubro de 2014, o então vice-presidente do SINAIT, Carlos Silva, cobrou providências para o caso do superintendente Regional da Polícia Federal da Bahia, José Martins Lara, em reunião em Salvador, na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal.

Em 2014, a entidade participou ainda de audiência pública realizada na cidade pelo extinto Ministério do Trabalho, com a presença do secretário de Inspeção do Trabalho, de sindicalistas e outras autoridades. O debate teve o objetivo de dar visibilidade às ameaças e informar os diversos segmentos da sociedade sobre a questão.

Em março de 2015, ocorreu o terceiro episódio de ameaça. Mais um telefonema anônimo dirigido a Auditores-Fiscais do Trabalho foi recebido na GRT/Barreiras. O interlocutor citou dois Auditores-Fiscais nominalmente e disse que estaria “preparado” para quando eles retornassem ao local da fiscalização.

Em visita ao município de Barreiras no dia 27 de março de 2015, o então presidente da Delegacia Sindical do Sindicato na Bahia - DS/BA, Wellington Maciel Paulo, esteve com os Auditores da GRT e visitou o posto da Polícia Federal para cobrar celeridade nas investigações do caso.

Também em 2015, os Auditores-Fiscais lotados em Barreiras apresentaram uma lista de reivindicações ao chefe da GRT, solicitando medidas imediatas para coibir as ameaças anônimas e garantir a segurança dos servidores.



[*Barreiras/BA: Auditores-Fiscais do Trabalho seriam alvo de atentado*](#)

Clique ou escaneie o qrcode



[*Nota de Repúdio a ameaças aos Auditores-Fiscais do Trabalho de Barreiras*](#)

Clique ou escaneie o qrcode



[*Sinait trata da segurança dos Auditores-Fiscais na Polícia Federal da Bahia*](#)

Clique ou escaneie o qrcode



[DS/BA – Dirigentes vão a Barreiras cobrar agilidade na investigação de ameaças anônimas](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Sinait defende ampliação do porte de armas para Auditores-Fiscais do Trabalho](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Barreiras/BA: PF vai pedir transferência do inquérito que investiga ameaças a Auditores-Fiscais para Salvador](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Segurança e outras demandas da categoria foram tratadas pelo Sinait com secretário da SIT](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Presidente do Sinait denuncia caso de Barreiras à Ministra de Direitos Humanos](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)

6) 2013 - Auditor-Fiscal do Trabalho gravemente espancado no município de Campo Bom (RS)

Em 14 de maio, o Auditor-Fiscal do Trabalho da Gerência de Novo Hamburgo (RS) Sérgio Augusto de Oliveira foi agredido por sete pessoas, quando fiscalizava um canteiro de obras da construção civil no município de Campo Bom (RS). A empresa, Projetta Arquitetura e Urbanismo ou Madeireira Brasil, operava na região do Vale do Rio dos Sinos.

O Auditor-Fiscal entrou no local e um dos empregados indicou a sala onde estavam os responsáveis pela obra. Ao chegar ao cômodo e se identificar, o proprietário, alguns parentes que também estavam na sala, um vigilante e um empregado da obra começaram a agredi-lo fisicamente. Por causa da agressão, o Auditor-Fiscal ficou desacordado por alguns instantes, mas ao recobrar a consciência e tentar sair do local, foi novamente agredido, e a cena de violência se repetiu por mais duas vezes.

Todo machucado, ele foi socorrido por policiais militares que chegaram ao local e o levaram para o hospital, onde foi realizado exame de corpo de delito. Passados dez dias da agressão, o Auditor-Fiscal continuava muito abalado psicologicamente e ainda tinha problemas de saúde resultantes das fortes pancadas na cabeça que levou.

A Chefia no Rio Grande do Sul fez a remessa do processo à Advocacia Geral da União, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho, além de ter acompanhado o depoimento de uma testemunha na Polícia Federal.

Em 27 de maio, o SINAIT enviou correspondências ao então ministro do Trabalho,

Manoel Dias, ao secretário de Inspeção do Trabalho, Luiz Felipe Brandão de Mello, e ao superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, sobre o grave caso de agressão exigindo providências.

Em agosto de 2013, o juiz da 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga (RS) concedeu antecipação de tutela à ação civil pública contra a empresa Projetta Arquitetura e Urbanismo ou Madeireira Brasil, cujos proprietários agrediram o Auditor-Fiscal do Trabalho.

Em 16 de dezembro, os réus foram condenados pela agressão, em sentença da juíza do Trabalho Rosane Marlene de Lemos em uma ação civil pública. Eles tiveram que pagar indenização de R\$ 400 mil por dano moral coletivo e todas as custas processuais.



[RS: Auditor-Fiscal do Trabalho é agredido durante ação fiscal](#)

📄 Clique ou escaneie o qr code



[Agressão no RS: Sinait pede providências a autoridades](#)

📄 Clique ou escaneie o qr code



[RS - Condenados réus que agrediram Auditor-Fiscal do Trabalho](#)

📄 Clique ou escaneie o qr code

7) 2013 - Notícia de sequestro de Auditor-Fiscal do Trabalho em São Paulo (SP)

No dia 16 de julho, o SINAIT teve conhecimento de uma reportagem veiculada no programa "Fala Brasil", da TV Record, sobre um sequestro cuja vítima, segundo a notícia, seria um Auditor-Fiscal do Trabalho.

De acordo com a reportagem, o caso aconteceu no dia 14 de julho, em São Paulo (SP), e seria a terceira abordagem violenta sofrida pelo Auditor-Fiscal. O carro dele foi encurralado por dois outros numa rua e as imagens foram gravadas por uma câmera de segurança. A esposa dele também estava no carro. Depois de serem removidos para o veículo dos sequestradores, ela conseguiu pular do carro em movimento, acionando, em seguida, a polícia. O Auditor-Fiscal foi libertado horas depois. A reportagem não revelou a identidade do servidor.

Em ofício ao então secretário de Inspeção do Trabalho, Luiz Felipe Brandão de Mello, e ao chefe do setor de Fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo – SRT/SP na época, Marco Antônio Melchior, o SINAIT exigiu providências para apuração do caso, além de informações sobre a identidade do servidor, para que pudesse ser amparado pelo Sindicato, com todas as devidas medidas legais.



[Sinait pede à SIT providências sobre sequestro de Auditor-Fiscal do Trabalho em São Paulo](#)

📄 Clique ou escaneie o qr code

2014

8) 2014 - Intimidação a Auditor-Fiscal do Trabalho, em Rio Branco (AC)

Em dezembro, o Auditor-Fiscal do Trabalho Thiago Barbosa relatou ter sido intimidado, depois de ter integrado fiscalização rural em que foram resgatados 15 trabalhadores submetidos ao trabalho análogo ao escravo, no Acre.

Dias depois da ação, o Auditor percebeu que estava sendo seguido por um veículo no trajeto de sua residência até a Superintendência Regional do Trabalho – SRT/AC, em Rio Branco. Apesar de ter sinalizado para que o veículo fizesse a ultrapassagem, o motorista do carro não o fez. Somente deixou de segui-lo quando Thiago entrou com seu veículo no pátio da Superintendência.

Dias depois desse episódio, quando estava em um restaurante com sua família, um homem sentou-se na mesa ao lado, não fez qualquer pedido e começou a fotografá-lo quando se levantou da mesa para sair do local com esposa e filho. Thiago afirmou ter tido a impressão de que o homem estava armado. Felizmente, o sujeito não abordou o Auditor, que achou melhor ir embora para proteger sua família.

Como medida preventiva, Thiago apresentou denúncia à Polícia Federal no dia 1º de dezembro, para que o caso fosse investigado. O delegado sindical na época, Valdemar Neto Oliveira Bandeira, acompanhou o Auditor. O caso também foi denunciado ao Ministério Público Federal.

O episódio estava sob investigação da Polícia Federal e da Procuradoria Regional do Trabalho – PRT da 14ª Região. O Sindicato também protocolou pedido de providências à Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT.



[Acre – Auditor-Fiscal é perseguido após ação de resgate de trabalhadores](#)

📄 Clique ou escaneie o qr code



[Conatrae – Presidente do Sinait relata ameaças contra Auditores-Fiscais em todo o país](#)

📄 Clique ou escaneie o qr code

9) 2014 - Ameaças, intimidações e agressões às equipes de fiscalização na região do Alto Vale, em Santa Catarina

Múltiplas situações de constrangimento vivenciadas por Auditores-Fiscais do Trabalho nos municípios de Alfredo Wagner e Ituporanga, localizados na região do Alto Vale, em Santa Catarina, foram objeto, em 2014, de denúncias do Sindicato, da Delegacia Sindical do SINAIT em Santa Catarina e da Associação dos Auditores-Fiscais do Trabalho em Santa Catarina – Afitesc.

No estado, desde 2007, produtores de cebola, recusando-se a cumprir a lei, dificultavam a

atuação da Inspeção do Trabalho e haviam empreendido ações de intimidação às equipes de fiscalização. Naquele ano, fecharam as saídas de Ituporanga com tratores para impedir que os Auditores tivessem acesso às propriedades rurais.

Em 2010, na mesma cidade, produtores cercaram um carro do extinto Ministério do Trabalho, ligaram na rádio local e ameaçaram incendiar o veículo, o que foi acompanhado por manifestações das autoridades locais pedindo a retirada da Fiscalização do Trabalho da região. Em certo momento, a situação se tornou tão tensa que as ações fiscais somente eram realizadas com escolta policial

Além disso, os produtores recorriam a políticos para tentar barrar as ações fiscais. Também divulgavam informações falsas para incitar a população contra os Auditores-Fiscais do Trabalho.



[*SC: Sinait publica Nota Pública sobre tentativas de intimidação à fiscalização*](#)

Clique ou escaneie o qrcode



[*Auditora-Fiscal do Trabalho publica artigo na Repórter Brasil sobre tensão na fiscalização em Santa Catarina*](#)

Clique ou escaneie o qrcode

10) 2014 - Auditor-Fiscal do Trabalho agredido em Castanhal (PA)

Em julho, no curso de ação fiscal de registro de empregados, um Auditor-Fiscal do Trabalho sofreu violência física e psicológica na cidade de Castanhal, no Pará, que fica a 77 quilômetros de Belém. O fato ocorreu após três empregadores resistirem à ação fiscal em seus estabelecimentos.

Castanhal tinha comércio e indústrias e era mais desenvolvida do que vários municípios da Região Metropolitana de Belém. No dia da agressão, o Auditor-Fiscal visitou locais afastados do centro, mais precisamente uma rua onde havia várias lojas de pequeno porte. Quando os três empregadores apresentaram resistência, ele resolveu continuar a vistoriar os outros estabelecimentos e depois retornar.

Segundo relato do próprio Auditor-Fiscal, quando voltou, a violência aconteceu dentro de um pequeno supermercado com a presença dos três empregadores. Eles se recusaram a reconhecer a autoridade do Auditor-Fiscal, tomaram sua carteira de identidade funcional e o mantiveram como refém por quase uma hora.

Então, um segurança o arrastou para o lado de fora, onde várias pessoas se aglomeravam dando a entender que poderiam linchá-lo. Diante do risco de vida que estava correndo, o Auditor-Fiscal pediu ajuda a um transeunte que chamou a polícia. Na delegacia, com a presença dos três empregadores, o Auditor-Fiscal registrou Boletim de Ocorrência e relatou todos os fatos.

No dia seguinte, com proteção policial, o Auditor-Fiscal realizou a ação fiscal nos estabelecimentos,

com lavratura de vários autos de infração, inclusive por desacato à autoridade.

Acompanhado de representantes do SINAIT, o Auditor-Fiscal entregou um relatório ao então superintendente Regional do Trabalho e Emprego no estado, Raimundo dos Santos, em que descrevia a violência sofrida. O superintendente se comprometeu a comunicar os fatos à Polícia Federal – PF e ao Ministério Público Federal – MPF, para que fossem tomadas as providências cabíveis.

O SINAIT também encaminhou o relatório à então Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT do Ministério do Trabalho e pediu providências.



[*Pará: Auditor-Fiscal do Trabalho em serviço foi mantido em cárcere privado em Castanha!*](#)

Clique ou escaneie o qrcode



[*Contrae: Sinaít denuncia abusos contra a fiscalização*](#)

Clique ou escaneie o qrcode

11) 2014 - Embaraço e resistência à fiscalização em Aracaju

Em 25 de junho, em um supermercado em Aracaju (SE), o Auditor-Fiscal do Trabalho Glauber Santiago de Jesus Santana foi impedido de dar seguimento à ação fiscal, por alguém que se apresentou como gerente do estabelecimento comercial.

De acordo com o registrado na época pelo Auditor, ao chegar ao supermercado, o servidor apresentou sua carteira de identidade fiscal (CIF) a uma empregada, que estava na frente da loja, e perguntou a ela se o responsável ou o gerente do estabelecimento estaria no lugar. A empregada disse que o gerente estava ausente e depois respondeu perguntas simples do Auditor, como nome, ocupação e tempo de serviço no estabelecimento.

Logo o servidor foi abordado por um homem que se identificou como Gilberto e como gerente do lugar, e que questionou os procedimentos fiscalizatórios de interrogar pessoas, em razão das perguntas do servidor à primeira empregada. Diante dos questionamentos, o servidor voltou a apresentar a sua CIF e fez perguntas simples ao empregado, como nome completo e ocupação na empresa. Em seguida, a pedido desse gerente, os dois dirigiram-se a uma pequena sala próxima, onde o Auditor voltou a pedir as informações, e recebeu como resposta que aquele empregado não ocupava posto na empresa.

Diante da resistência, o Auditor explicou ao homem que os procedimentos iniciais da fiscalização trabalhista consistiam em entrevistar empregados e empregadores, vistoriar o ambiente laboral com posterior emissão de notificação, sendo um direito o livre acesso do Auditor-Fiscal do Trabalho às dependências do estabelecimento e a inquirição de trabalhadores e prepostos. O servidor lembrou ainda que a recusa de identificação também configurava ilícito criminal. Mesmo assim, o senhor que se apresentou como Gilberto disse que o Auditor não poderia entrar no seu supermercado e interrogar as pessoas.

“Assim, restou impedido, naquele momento, o livre acesso e o exercício das atribuições da Auditoria-Fiscal do Trabalho, configurando EMBARAÇO à ação fiscal, conforme noticia o auto de infração lavrado de nº 20.392.011-2, protocolado em 26/6/2014”, registrou o servidor em uma comunicação oficial.

O Auditor chegou a solicitar apoio de força policial para dar seguimento à ação fiscal, mas desistiu. Em correspondência ao superintendente Regional do Trabalho em Sergipe e ao chefe da Seção de Inspeção, na data de 4 de agosto de 2014, o Auditor-Fiscal do Trabalho Glauber Santiago de Jesus Santana pontuou:

“Considerando que, desde as mortes de Unai/MG até o espancamento de Auditor-Fiscal do Trabalho em Porto Alegre/RS, passando por depredação de veículo particular de Auditor-Fiscal do Trabalho e diversas ameaças de mortes noticiadas pela imprensa, pelo nosso sindicato e pelos meios de comunicação eletrônicos dos Auditores, e que não se tem conhecimento de qualquer medida geral ou procedimento preventivo de segurança recomendatório aos Auditores-Fiscais do Trabalho pela autoridade nacional da Inspeção do Trabalho, seguirei manuais de segurança no sentido de que, havendo resistência do inspecionado, como no caso ocorrido, não retomarei a ação fiscal, em inspeções posteriores, ainda que acompanhado de força policial, a fim de resguardar a impessoalidade e, conseqüentemente, demonstrar que o serviço de inspeção é formado por agentes públicos e dotado de um corpo fiscal, e, principalmente, para preservação de minha segurança pós-fiscalização.

Ainda conforme o exposto acima e considerando regras de segurança, solicito que a mim somente sejam emitidas ordens de serviço para fiscalização de ambientes de trabalho desde que haja acompanhamento de outro Auditor-Fiscal do Trabalho ou o local ofereça pública e notória segurança, a exemplo de centros comerciais ou ‘shopping centers’. Solicito também que, de antemão, em conjunto com outros Auditores, sejam definidos bairros ou localidades em que, potencialmente, os Auditores-Fiscais do Trabalho devam utilizar viaturas públicas.

Considerando a crescente violência, ressalto, pedindo-lhes apoio, que a precaução do Auditor-Fiscal do Trabalho em suas ações não deve ser de única iniciativa do Auditor-Fiscal do Trabalho designado.”

12) 2014 - Grupo Especial de Fiscalização Móvel em meio a tiroteio, na Fazenda San Kara, em Comodoro (MT)

Uma equipe do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) se viu em meio a um tiroteio, durante fiscalização rural na Fazenda San Kara, no município de Comodoro, na microrregião dos Parecis, no Mato Grosso, perto da divisa com a Bolívia.

O relato é dos Auditores-Fiscais do Trabalho Benedito de Lima e Silva e Wallace Pacheco. Quando chegaram à propriedade, encontraram poucos trabalhadores no lugar e logo descobriram que havia armas escondidas na vegetação.

Outro trabalhador chegou na casa em que o GEFM estava e entrou em contato com o gerente da fazenda, informando que havia um grupo de fiscalização do Ministério do Trabalho por lá. O GEFM informou ao gerente que passaria na sede da fazenda para falar com ele e deu seguimento à ação fiscal, tomando os depoimentos dos empregados encontrados, o que levou toda a tarde.

Quase no final do dia, dois integrantes do grupo – um delegado da Polícia Federal e um motorista do ministério – saíram da casa por um instante e, por acaso, identificaram movimentos em meio à vegetação. O delegado gritou para que a pessoa se identificasse e informou que ali estava a Polícia Federal. Sem resposta, deu dois tiros para cima e ordenou que a pessoa aparecesse. A essa altura, outros integrantes do grupo também tinham vindo para fora ver o que estava ocorrendo.

O delegado foi respondido com outro tiro, que passou rente a sua cabeça. Parte do grupo entrou apressadamente na casa, ficando de fora somente os policiais federais. Mais tarde, o delegado e os agentes tiveram que entrar também, pois estavam sendo cercados. O tiroteio se intensificou e durou cerca de cinco minutos.

De repente ouviu-se uma voz no rádio, perguntando quem estava na casa. Eram os atiradores, que diante da resposta sobre ser a Polícia Federal, disseram que se queriam guerra, eles iriam dar guerra aos agentes públicos, mesmo diante da repetição, pelo delegado, de sua identificação funcional.

Outra ameaça se seguiu – o grupo teria o fim que merecia, disseram os atiradores. Passados mais alguns minutos, outro dos atiradores fez novo contato e se identificou como sendo da Polícia Militar. Então, foi cessado o tiroteio e os grupos, antes em confronto, se encontraram.

Um sargento da Polícia Militar, que chefiava os atiradores, relatou que os proprietários da fazenda haviam denunciado que assaltantes tinham tomado a família do vaqueiro como refém e que se encontravam entrincheirados em sua propriedade. Os donos do lugar estavam com o grupo de policiais militares e as ameaças partiram deles.

Depois que os agentes militares ouviram a identificação dos policiais federais foi que assumiram a comunicação. O delegado federal ordenou então que três policiais prendessem os proprietários por comunicação falsa de crime, e eles foram conduzidos até a sede da Polícia Federal de Cáceres.

Em Cáceres, os depoimentos se desenrolaram por toda a noite e terminaram na manhã do dia seguinte, com o depoimento dos policiais. Passada uma década, o processo ainda não havia sido julgado.

2015

13) 2015 - Violência e constrangimento de dois Auditores-Fiscais do Trabalho, em Peritoró (MA)

Em 20 de março, agentes da Polícia Militar e da Polícia Civil do estado do Maranhão submeteram dois Auditores-Fiscais do Trabalho a situação de violência e constrangimento. Os servidores conduziam ação fiscal de combate a trabalho infantil e de proteção ao adolescente no município de Peritoró (MA). Quando os Auditores-Fiscais acompanhavam o pagamento de rescisões contratuais de adolescentes afastados do trabalho irregular, nas dependências do Conselho Tutelar da cidade, foram abordados pelos policiais.

Mesmo depois da apresentação da identidade funcional, os Auditores-Fiscais passaram pelo constrangimento de ter seu veículo revistado na frente de populares e de serem conduzidos ao Distrito Policial, separadamente, colocados sob suspeita de portarem documento falso e de serem estelionatários.

Os policiais, durante todo o tempo, injustificadamente, adotaram postura intimidante, ostentando armas de grosso calibre, confiscando documentos e até alegando razões pessoais para duvidar

das informações fornecidas pelos Auditores-Fiscais do Trabalho, que foram todas confirmadas por autoridades e pelo Portal da Transparência. Ainda assim, eles ficaram retidos por longo tempo na delegacia e somente foram liberados após vários telefonemas das chefias da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/MA e de autoridades contatadas pelo órgão.

O SINAIT e a Delegacia Sindical também estranham o fato de o Conselho Tutelar, segundo os policiais, ter oferecido denúncia sobre a ação fiscal, uma vez que a instituição é parceira contumaz da fiscalização no combate ao trabalho irregular de crianças e adolescentes.

Nota emitida pela Secretaria de Estado de Comunicação Social do governo do Maranhão no dia 24 de março informou que o governador Flávio Dino (PCdoB) havia determinado a apuração dos fatos e a adoção das medidas cabíveis. Também dizia que o governo repudiava ações arbitrárias ou contrárias aos Direitos Humanos e ao exercício de atividades profissionais.



[*Nota de Repúdio - Sinaít denuncia abuso de policiais contra Auditores-Fiscais do Trabalho em Peritoró \(MA\)*](#)

Clique ou escaneie o qr code



[*Governo do Maranhão emite nota sobre abuso de poder policial contra Auditores-Fiscais em Peritoró*](#)

Clique ou escaneie o qr code



[*Sinaít cobra da SIT providências para resolver problemas da fiscalização*](#)

Clique ou escaneie o qr code

14) 2015 - Auditores-Fiscais do Trabalho ameaçados no curso de fiscalização em Uruguaiana (RS)

Em fevereiro, Auditores-Fiscais da Gerência Regional do Trabalho – GRT de Uruguaiana foram ameaçados enquanto fiscalizavam obras de construção da estrutura temporária do “Carnaval Fora de Época de Uruguaiana – 2015”. Os servidores embargaram a estrutura, por falhas na operação em altura, caracterizadas como de grave e iminente risco de acidente de trabalho, além de outras irregularidades trabalhistas.

A ação de fiscalização foi iniciada no dia 19 de fevereiro, dois dias após o início da instalação das estruturas do evento. Nessa visita, feita por apenas um Auditor-Fiscal, desde o primeiro momento o representante da empresa agiu de modo agressivo, alterando a voz, apontando o dedo para o Auditor-Fiscal e perguntando o que ele fazia no local da obra, além de incitar os trabalhadores, dizendo que seriam dispensados por causa da fiscalização.

Na segunda visita, no dia 23 de fevereiro, três Auditores-Fiscais fizeram fiscalização voltada à segurança e saúde no trabalho e constataram vários problemas, especialmente no trabalho em altura. Por isso houve o embargo, sob o entendimento de que os operários estavam expostos a riscos de acidente de trabalho.

Mais uma vez, o representante da empresa se mostrou agressivo e incitou os trabalhadores

à violência contra os Auditores-Fiscais. Os servidores solicitaram proteção policial à Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul e somente assim conseguiram terminar a ação fiscal.

Numa terceira visita, no dia 26 de fevereiro, em razão do pedido de suspensão do embargo, os Auditores-Fiscais solicitaram previamente a proteção da Polícia Federal, que disponibilizou seis agentes. Assim puderam realizar a fiscalização de forma protegida. A decisão foi manter a obra embargada porque persistiam os problemas com o trabalho em altura.

Os Auditores-Fiscais do Trabalho não registraram Boletim de Ocorrência.



[RS: Auditores-Fiscais embargam obra do carnaval temporão de Uruguaiiana e são recebidos com agressividade](#)

 [Clique ou escaneie o qr code](#)

15) 2015 - Auditor-Fiscal do Trabalho sofre agressão física e moral em lava-jato em Santos (SP)

No dia 4 de setembro, um Auditor-Fiscal do Trabalho sofreu agressão física e moral no exercício de sua função, em ação fiscal realizada em um estabelecimento de lava-jato em Santos (SP). Ao chegar e pedir as informações básicas da empresa, como o número do CNPJ, que não constava nas notas fiscais, o Auditor-Fiscal constatou resistência dos supostos empregadores e explicou as consequências legais de não prestar esclarecimentos à Fiscalização do Trabalho.

Segundo o Auditor-Fiscal, havia quatro trabalhadores no lava-jato, e todos pareciam temerosos em fornecer informações básicas, como seus próprios nomes. Apenas um deles foi autorizado a falar. Após reunir e anotar os dados repassados pelo empregado, o Auditor-Fiscal pediu informações sobre os outros que haviam saído do local. Foi então que as agressões começaram.

Diante da falta de informações sobre a empresa, o Auditor-Fiscal afirmou que poderia autuar os proprietários por embarço à fiscalização e por manter trabalhadores sem registro. Nesse momento, um dos supostos empregadores bateu de forma agressiva na pasta que estava nas mãos do Auditor-Fiscal.

O Auditor-Fiscal informou que se ele fosse impedido de concluir a fiscalização, iria comunicar à sua chefia, para voltar ao local acompanhado de outros Auditores-Fiscais e da polícia, caso necessário. O suposto proprietário continuou agindo de forma agressiva, dizendo frases como “quero ver você chamar a polícia” e “quero ver você ter coragem de mandar alguém aqui”.

Após as ameaças, por segurança, o Auditor-Fiscal decidiu deixar o estabelecimento. Ele afirma que a cena foi testemunhada por três pessoas que nada fizeram para impedir as agressões. No caminho até o seu carro, ele foi seguido e abordado novamente, mesmo com o veículo estacionado em local não visível. Os papéis onde estavam registrados todos os dados da fiscalização foram arrancados de suas mãos. O Auditor-Fiscal relatou ainda que o número da placa de seu veículo foi anotado pelo segundo proprietário, o que torna ainda mais grave a agressão.

O SINAIT protocolou, na extinta Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o relato enviado pelo Auditor-Fiscal, para que o órgão tome as providências cabíveis.



Santos (SP): Auditor-Fiscal do Trabalho sofre ameaças durante fiscalização em lava-jato

Clique ou escaneie o qrcode

16) 2015 - Embaraço e ameaça de morte à Auditora Fiscal do Trabalho em Vitória da Conquista (BA)

Na tarde do dia 27 de janeiro de 2015, a Auditora Fiscal do Trabalho, Alice de Gouvêa Ramos, lotada na Gerência Regional do trabalho e Emprego em Vitória da Conquista/BA foi vítima de ameaça de morte durante ação fiscal em oficina de conserto de televisões.

O caso ocorreu no período vespertino, durante o cumprimento de notificação para apresentação de documentos pelo empregador Valmirar Lacerda Ferraz. Após ser autuado por manter empregados sem registro no estabelecimento, a Auditora Fiscal informou ao empregador que ele também seria autuado por não ter apresentado a documentação completa que foi solicitada pela Auditora Fiscal.

Ao receber essa informação, o empregador foi acometido por um ataque de fúria, passando a esmurrar portas e paredes, esbravejando com a Auditora e jogando-se ao chão. Durante o episódio, o empregador proferiu ameaças contra a fiscalização, afirmando, entre outras coisas, que se recebesse mais algum auto de infração, “acabaria com a própria vida, mas que levaria a minha” (relato da Auditora Fiscal). O fato foi presenciado por servidores, trabalhadores e empregadores que se encontravam na Gerência. A Auditora mudou-se para outra cidade em razão da violência sofrida, buscando preservar sua integridade física.

No dia seguinte, 28 de janeiro de 2015, a Auditora fiscal registrou um boletim de ocorrência na Delegacia da Polícia Federal local. Na oportunidade, outras testemunhas também prestaram declarações. Conforme informações via telefone, prestadas pelo delegado que conduziu o procedimento, o empregador foi intimado naquela mesma data, compareceu no dia seguinte para prestar declarações e responderá pelo delito de ameaça.

2016

17) 2016 - Ameaças a dois Auditores-Fiscais do Trabalho em Uruguaiana (RS)

Denúncia do SINAIT deu conta de intimidação por meio de uma carta em tom de ameaça dirigida a dois Auditores-Fiscais do Trabalho da Gerência Regional – GRT de Uruguaiana, em abril.

A entidade pediu providências imediatas à Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Em documento protocolado no dia 29 de abril, o Sindicato solicitou ainda o afastamento dos servidores da localidade, além de outras providências institucionais.

Os Auditores-Fiscais ameaçados registraram ocorrência do caso na Polícia Federal de Uruguaiana e informaram o episódio à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul (SRTE/RS).



RS: Sinait denuncia ameaça a auditores-fiscais em Uruguaiana

Clique ou escaneie o qrcode

18) 2016 - Atentado contra equipe do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, em São Félix do Xingu (PA)

Uma equipe do Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM, formada por Auditores-Fiscais do Trabalho, policiais rodoviários federais e um procurador do Trabalho, foi alvo de tiros durante uma ação de fiscalização na Terra do Meio, interior de São Félix do Xingu, no Pará, no dia 18 de maio. A fiscalização tinha como foco o combate ao trabalho escravo.

Durante a ação, a equipe de fiscalização se deparou com um veículo com seis trabalhadores. Na ocasião, os trabalhadores informaram que tinham acabado de ser ameaçados, agredidos e expulsos de uma fazenda onde laboravam. A agressão partiu de sete homens encapuzados, que portavam armas de fogo longas, de calibres 12 e 44.

Diante da situação, parte do GEFM conduziu os trabalhadores à Vila Central, para resguardar sua segurança. O restante do grupo se dirigiu à outra fazenda, que também era alvo da ação fiscal. Ao chegarem ao local, a equipe de fiscalização constatou que a casa onde os trabalhadores ficavam alojados estava toda revirada. Dessa forma, eles foram procurar a sede da fazenda.

No percurso, o grupo se deparou com os agressores, que estavam em uma caminhonete. Eles tentaram interceptar o veículo, mas foram alvos de tiros disparados pelos homens que estavam no carro.

A Polícia Rodoviária Federal reagiu, e na troca de tiros os homens fugiram pelo mato, abandonando a caminhonete. Eles deixaram no veículo documentos, armamento, munição, GPS, rádio e uma elevada quantidade de dinheiro.

Diante dos fatos, a extinta Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, do Ministério do Trabalho, suspendeu a operação na região, para que a ocorrência fosse investigada pela polícia e o grupo pudesse voltar a trabalhar em segurança.

Desde que soube do caso, o SINAIT atuou junto à Secretaria de Inspeção para que a segurança da equipe fosse preservada. A SIT informou ao Sindicato que acionou a Unidade Central da Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal para que instruísem inquérito competente ao caso.

Apesar das provas colhidas e da repercussão que o caso atingiu nacionalmente, o inquérito policial número 49/16, em curso na Delegacia de Polícia Federal em Redenção (PA), não foi concluído até hoje. Ninguém foi preso, julgado ou condenado pelo atentado.



[Grupo Móvel de Fiscalização é alvo de tiroteio em São Felix do Xingu \(PA\)](#)

Clique ou escaneie o qrcode



[Sinait repudia violência praticada contra equipe do Grupo de Fiscalização Móvel e trabalhadores no Pará](#)

Clique ou escaneie o qrcode



[Trabalho Escravo: Ataque à equipe do Grupo Móvel, em São Félix do Xingu, completa dois anos](#)

Clique ou escaneie o qrcode



[CDH: Carlos Silva denuncia violência contra Auditores-Fiscais do Trabalho no Senado](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Sinait cobra providências da SIT sobre violência a Auditores-Fiscais do Trabalho no Pará](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Auditores-Fiscais e demais convidados destacam a falta de segurança e cobram ação do governo](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Sinait, ANPT e FenaPRF debatem estratégias para garantir a segurança de integrantes do GEFM](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Presidente da CDHM recebe denúncia de ataque a auditores fiscais do trabalho](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)

19) 2016 - Ameaças seguidas a Auditores-Fiscais do Trabalho em serraria na cidade de Lages (SC)

Auditores-Fiscais do Trabalho sofreram ameaças seguidas em um mesmo estabelecimento, uma serraria próxima ao centro da cidade de Lages (SC).

Em junho, no curso de fiscalização rotineira, um Auditor-Fiscal do Trabalho foi interpelado pelo representante da empresa, que passou a gritar com o servidor, demonstrando atitudes raivosas. Nesse momento, o Auditor disse que se retiraria da empresa, mas informou que se tratava de ato de embaraço à fiscalização. Já do lado de fora da empresa, foi perseguido pelo dono do lugar, que, com as mãos para trás e em posição de quem portava uma arma, passou a ameaçar o servidor, repetindo, por várias vezes e aos gritos, que ninguém iria mais incomodá-lo, pois iria “colocar uma bala na cabeça do fiscal e que assim ninguém mais iria voltar em sua empresa”.

No dia 8 de agosto, Auditores-Fiscais do Trabalho voltaram a ser ameaçados pelo proprietário ao inspecionarem a mesma serraria. Em razão disso, a segunda equipe que visitou a serraria, em caráter de força-tarefa, solicitou escolta das Polícias Militar e Federal, para garantir a segurança do grupo.

Mesmo com a escolta e diante do policial federal, o empregador gritou com a Auditora-Fiscal, duvidou da autenticidade de sua identificação e repetiu por várias vezes que a empresa era sua, o que ficou caracterizado como desacato à autoridade. Ele se recusou a receber orientações e a assinar qualquer documento. Acabou autuado por não apresentar os documentos solicitados durante a ação fiscal.

A fiscalização verificava se a empresa estava ou não utilizando a caldeira que havia sido interditada. Portanto, tratava-se de empresa que já havia sido notificada.

O SINAIT e sua Delegacia Sindical em Santa Catarina exigiram providências das autoridades para averiguar o ocorrido e punir os responsáveis.



[*Sinait e DS/SC repudiam atos violentos contra Auditor-Fiscal do Trabalho em Lages \(SC\)*](#)

Clique ou escaneie o qrcode



[*SC: Empregador repete ameaça a Auditores-Fiscais do Trabalho durante fiscalização em serraria*](#)

Clique ou escaneie o qrcode

2019

20) 2019 - Ameaça à vida de Auditor-Fiscal do Trabalho no Ceará

A ameaça ocorreu no fim de maio, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho, em Fortaleza (CE), quando servidores testemunharam um empresário incluído na Lista Suja do Trabalho Escravo declarar aos berros que iria matar o Auditor-Fiscal do Trabalho que havia coordenado a ação que constatou as irregularidades em seu estabelecimento.

O homem, transtornado, informou que havia procurado a Defensoria Pública da União e que voltaria a buscar o atendimento. Caso não encontrasse solução, iria à Superintendência Regional do Trabalho – SRT/CE para matar o Auditor.

Há dois anos, o agressor foi flagrado pelo Grupo Móvel extraindo madeira sem licença ambiental, na região de Caucaia (CE), em terras arrendadas, cuja finalidade era a atividade de exploração da carnaúba.

21) 2019 - Auditores-Fiscais do Trabalho sofrem denúncia caluniosa no Pará e correm riscos

Em junho, no Pará, dois Auditores-Fiscais do Trabalho foram abordados por policiais rodoviários federais depois de saírem de uma fazenda onde haviam realizado uma fiscalização. A PRF foi acionada por telefone pelo empresário rural que, usando de má fé, acusou os agentes federais de serem invasores de terra. Até que tudo fosse esclarecido, os Auditores-Fiscais do Trabalho passaram por constrangimento e riscos.

22) 2019 - Auditor-Fiscal recebe ameaças por telefone

Também em junho, outro Auditor-Fiscal do Trabalho recebeu ameaças por telefone, por meio do aplicativo WhatsApp, depois de atuar em uma operação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, no estado do Pará. A pessoa se identificou como integrante de uma organização criminosa. O número de telefone que emitiu a mensagem tinha o código DDD 93, da região de Altamira, no Pará, localidade fiscalizada.

O Sindicato solicitou o afastamento imediato dos Auditores-Fiscais das condições de risco, pelo menos até a conclusão dos inquéritos policiais que foram instaurados.



[NOTA PÚBLICA: SINAIT denuncia a prática de crime de ameaça contra Auditores-Fiscais do Trabalho](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Contrae: SINAIT e Detrae denunciam ameaças a Auditores-Fiscais do Trabalho](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[CE: PF cumpre mandados e proíbe empresário de se aproximar de Auditor-Fiscal do Trabalho ameaçado](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[SINAIT denuncia ameaças a AFTs em reunião da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[SINAIT solicita ações a subsecretário de Inspeção do Trabalho contra ameaças a Auditores-Fiscais do Trabalho](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[SINAIT cobra ação célere da PF e do MPF para o crime de ameaça contra Auditor-Fiscal do Trabalho](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)

23) 2019 - Vídeo e mensagens postados em perfil do Facebook atribuído ao presidente da República incitam violência contra a categoria e atacam honra dos Auditores

Circularam nas redes sociais, postados num perfil de Facebook atribuído ao presidente da República, Jair Bolsonaro, um vídeo e mensagens atacando Auditores-Fiscais do Trabalho por fiscalizações realizadas no interior do Ceará, na atividade de extração da palha da carnaúba. A postagem foi feita no dia 10 de agosto, às 21h30.

Dias antes, em 30 de julho, o presidente da República havia defendido mudanças na Fiscalização do Trabalho, a quem acusou de cometer excessos, alegando, por exemplo, que pesadas multas eram aplicadas por motivos considerados por ele banais, como ausência de banheiro químico nas frentes de trabalho.

No vídeo citado, dois homens, que mais tarde revelou-se serem empregadores rurais na atividade de extração da palha da carnaúba no interior do Ceará, enumeravam autos de infração aplicados em razão de várias irregularidades encontradas no local fiscalizado.

A referida ação fiscal ocorreu em novembro de 2017, por equipe composta de Auditores-Fiscais do Trabalho, procurador do Trabalho, defensor público federal, procurador da República, agentes de segurança do Ministério Público Federal, delegado federal, escrivão, agentes da Polícia Federal e motoristas. Ação que constatou a exploração de trabalhadores e várias irregularidades trabalhistas. Além disso, os relatórios da Inspeção foram analisados e estavam em conformidade com a lei e com a situação encontrada in loco.

Comentários na postagem do vídeo, no perfil atribuído a Bolsonaro no Facebook, atacavam a fiscalização e os Auditores-Fiscais do Trabalho. Alguns sugeriam que os Auditores-Fiscais eram suscetíveis à corrupção, outros incentivavam atos violentos, como metralhar e enterrar fiscais, outros eram caluniosos quanto à conduta dos agentes públicos. As informações davam conta de que haviam sido feitos mais de 7 mil comentários e 20 mil compartilhamentos da mídia.

O SINAIT acionou sua assessoria jurídica para que as medidas cabíveis e necessárias, em todas as instâncias, fossem tomadas.



[Nota Pública – Ameaças e calúnias nas redes sociais](#)

 [Clique ou escaneie o qr code](#)



[Bolsonaro distorce fiscalização na carnaúba, setor campeão de trabalho escravo no Ceará](#)

 [Clique ou escaneie o qr code](#)



[Vídeo postado por Bolsonaro incita violência contra fiscais, diz sindicato](#)

 [Clique ou escaneie o qr code](#)

24) 2019 - Equipe de fiscalização atacada em Araripina (PE)

Uma equipe de fiscalização foi atacada no dia 3 de setembro, no município de Araripina (PE), durante inspeção em casas de farinha da região.

A equipe fiscalizou três casas de farinha e interditou máquinas e equipamentos, inclusive os fornos, porque ofereciam riscos graves e iminentes aos trabalhadores, a exemplo de eletrocussão, cortes, queimaduras e amputações de membros em razão das condições precárias das fábricas. Também encontrou trabalhadores sem Carteira de Trabalho assinada.

Inconformado com a fiscalização e as interdições de máquinas e fornos, um grupo, aparentemente de trabalhadores, bloqueou a BR 316, por onde saíria a equipe de fiscalização e os policiais civis que faziam a escolta. Atearam fogo a pneus e exigiam que os Auditores-Fiscais do Trabalho descessem das viaturas para desinterditar os estabelecimentos. A equipe não cedeu à exigência de desembarcar dos veículos nem de

desinterditar as máquinas, pois, como havia explicado, a situação era de risco à integridade física dos trabalhadores.

A delegada e os policiais que compunham a equipe conseguiram convencer os trabalhadores a conversar em outro local e ocasião. Puderam, dessa forma, sair do local, utilizando vias alternativas conhecidas pelos policiais. A BR 316 permaneceu bloqueada por mais tempo, impedindo a passagem de quaisquer veículos.

O SINAIT levou o caso à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – SIT e à Secretaria do Trabalho e cobrou providências.



[Nota de Repúdio – PE: Auditores-Fiscais do Trabalho ameaçados depois de fiscalizar casas de farinha](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[SINAIT cobra providências da SIT para ameaças a equipe de fiscalização em Pernambuco](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)

25) 2019 - Auditoras-Fiscais do Trabalho impedidas de fiscalizar, mediante coação, em Recife (PE)

No dia 4 de novembro, em Recife (PE), duas Auditoras-Fiscais do Trabalho foram ameaçadas e expulsas do local pelo dono da empresa que estava sendo fiscalizada.

Em contato com uma das Auditoras-Fiscais envolvidas, o SINAIT apurou que havia denúncia de motoristas de caminhão sem registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social. As Auditoras-Fiscais decidiram ir à empresa na hora do almoço, em razão de haver mais chances de encontrar os motoristas no local. Elas chegaram, se identificaram e começaram a entrevistar os trabalhadores, constatando, de imediato, que existiam irregularidades no vínculo trabalhista.

Então, o proprietário da empresa chegou gritando, ameaçando, dando murros na mesa. Disse que elas não poderiam estar ali naquele momento – hora do almoço, que só poderiam estar ali com mandado e que estavam importunando os trabalhadores. Diante da agressividade e temendo por sua integridade física, elas decidiram se retirar. Os trabalhadores não reagiram.

Elas lavraram um Auto de Infração correspondente à irregularidade de dificultar a ação fiscal, que foi entregue à Seção de Inspeção do Trabalho. E pediram reforço policial e presença de mais Auditores-Fiscais do Trabalho para continuar a fiscalização.



[SINAIT cobra providências da SIT para ameaças a equipe de fiscalização em Pernambuco](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)

2020

26) 2020 - Auditor-Fiscal do Trabalho agredido no curso de ação fiscal em São Paulo (SP)

Em 9 de junho, o Auditor-Fiscal do Trabalho Paulo Roberto Warlet da Silva, lotado na Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo – SRT-SP, foi agredido física e moralmente no curso de uma fiscalização, no centro de São Paulo. Empurrado, ele caiu e sofreu escoriações no cotovelo direito e na lombar.

O caso se deu quando ele fiscalizava a empresa “SP Assessoria Contábil”, com quase 80 empregados, de propriedade de Paulo Cesar Pereira Júnior, a partir de denúncia de que o empregador não estaria cumprindo as normas de prevenção à transmissão da Covid-19.

Assim que teve conhecimento do ocorrido, de imediato, o SINAIT denunciou a agressão à Administração e disponibilizou todo o apoio necessário ao Auditor-Fiscal. Colocou também sua assessoria jurídica a disposição do servidor agredido, além de cobrar imediatamente medidas ao subsecretário de Inspeção do Trabalho, Celso Amorim, incluindo a ciência a ser dada às instâncias superiores no âmbito do Ministério da Economia, para tomada de providências, cada uma em seu respectivo âmbito e rol de competências.

Ao subsecretário, o SINAIT lembrou ainda que está pendente o [Protocolo de Segurança que o SINAIT cobra há meses da SIT](#).



[Protocolo de Segurança que o SINAIT cobra há meses da SIT](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)

O SINAIT também levou o episódio de agressão, por meio de ofícios expedidos, no dia seguinte ao fato, ao Ministério Público Federal – MPF e Ministério Público de São Paulo, ao Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Trabalho de São Paulo, à Polícia Federal de São Paulo, ao Ministério da Economia, à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, à Secretaria de Trabalho e à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, pedindo providências contra a agressão.

Por meio de sua assessoria jurídica, o SINAIT solicitou ainda uma audiência virtual com o superintendente da Polícia Federal de São Paulo, Lindinalvo Alexandrino de Almeida Filho.

O Sindicato também prestou informações, de imediato, ao procurador Geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, para que ele possa atuar no sentido de amparar a Inspeção do Trabalho. Pedido oficializado e reforçado pelo envio da carta ao procurador.



[SINAIT denuncia agressão física e moral a Auditor-Fiscal do Trabalho, ocorrida em São Paulo, nesta terça-feira \(9\)](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Nota Pública – Agressão a Auditor-Fiscal é consequência de desvalorização da Fiscalização do Trabalho](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[SINAIT comunica a autoridades agressão a Auditor-Fiscal do Trabalho e pede providências](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)

2021

27) 2021 - Ameaça e embaraço à fiscalização em Barreiras (BA)

No dia 17 de agosto, o Auditor-Fiscal do Trabalho Guilherme Luna, lotado na Gerência Regional do Trabalho (GRT) de Barreiras (BA), foi gravemente ameaçado por um fazendeiro do município de Eduardo Magalhães (BA). O servidor fazia uma fiscalização na propriedade rural do agressor, fazenda Bela Vista, que não pôde ser concluída em razão do embaraço causado pelo proprietário.

A SIT informou que foi feito o registro da ocorrência na Polícia Civil da Bahia e que o servidor foi remanejado para trabalho remoto. As chefias foram avisadas e um processo foi instaurado no Ministério do Trabalho, com as medidas adotadas. As fiscalizações da GRT de Barreiras na região ficaram suspensas por um mês, período em que uma equipe de Salvador ficou responsável pelas ações fiscais no lugar.

Essas medidas fazem parte do Protocolo de Segurança, publicado em junho de 2021, junto com o Procedimento Especial de Segurança Institucional, o PESI. Esse protocolo e o PESI são fruto de uma longa luta do SINAIT e da categoria. Os documentos entraram em vigor em 3 de janeiro de 2022.

Conforme o SINAIT apurou com a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) na época, essas medidas foram aplicadas ao caso de Barreiras, numa espécie de projeto piloto.

Em reunião com a SIT, o SINAIT também ressaltou a necessidade de uma resposta institucional contundente ao episódio, para que a impunidade não incentivasse outras ameaças e agressões. Para a entidade, também era preciso assegurar a continuidade da fiscalização, com Auditores-Fiscais do Trabalho que não fossem vinculados à GRT de Barreiras.

O município baiano e arredores têm um histórico de agressividade para com a Fiscalização do Trabalho e ameaças a Auditores-Fiscais do Trabalho foram registradas na região em 2013, 2014 e 2015 (é possível verificar os casos nesta Linha do Tempo).

A tensão permanente na região repete a situação que ocorria em Unai e que culminou na chacina de 2004. Meses antes do crime, os Auditores estavam submetidos a enorme desgaste em relação à atuação funcional no município, conforme verificaram dirigentes do SINAIT em visita a Unai. Os servidores estavam em situação crítica e deveriam ter sido afastados, mas ficaram expostos aos perigos. Para o Sindicato, é preciso lembrar que fiscalizações externas são sempre sujeitas a tensões e que certas regiões demandam fiscalização com grupos de Auditores de fora.



[SINAIT apura com SIT providências tomadas no caso de ameaça a um Auditor-Fiscal do Trabalho em Barreiras, na Bahia](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)

2022

28) 2022 - Assédio a Auditoras-Fiscais do Trabalho em São Luís

No dia 17 de julho, as Auditoras-Fiscais do Trabalho Valéria Félix Mendes Campos e Rebecca Jorge Dino Cossetti foram assediadas, no exercício de suas funções, pelo empresário do ramo de alimentos Wilkson Araújo. A partir de um planejamento de combate à informalidade, elas fiscalizavam a situação de empregados de restaurantes instalados numa praça de alimentação, em São Luís, Maranhão. Wilkson é o dono da praça.

Foram várias as ofensas e acusações de irregularidades, feitas pelo empregador em transmissão ao vivo no Instagram, que depois foram replicadas em múltiplas postagens em redes sociais. O empresário citou diversas vezes o nome de uma das Auditoras-Fiscais do Trabalho, fez piadas, perseguiu as servidoras com o celular ligado e, filmando tudo, levantou dúvidas de que elas eram realmente servidoras públicas em serviço, em razão do horário da fiscalização (22 horas de um domingo).

Durante a ação, além fiscalizar os restaurantes, as Auditoras colheram o depoimento de três zeladores que cuidavam da limpeza da praça de alimentação, usando aventais com o logotipo do lugar, e concluíram que eles eram subordinados a Araújo. O empresário, no entanto, negou que fossem seus funcionários e disse não saber quem os havia contratado. De acordo com as Auditoras, Araújo convocou então dois zeladores, que, na frente do dono do espaço, passaram a dizer que desconheciam o responsável pelo pagamento de seus salários e pelo fornecimento de uniformes.

O assédio continuou e, além da transmissão ao vivo, Wilkson fez uma série de postagens nas redes sociais em que expunha dados pessoais das servidoras, como contracheques e fotos de familiares. As servidoras acionaram a justiça, que determinou a retirada das publicações das redes sociais.

Diante do ocorrido, o SINAIT tomou as devidas providências. No dia 26 de julho, em São Luís, no Maranhão, a entidade cobrou celeridade na apuração do caso, em reuniões com a Superintendência Regional do Trabalho no Maranhão e com a Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão.

No dia 2 de agosto, o Sindicato levou o pleito ao ministro do Trabalho e Previdência e à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). O Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Federal também foram instados a atuar na apuração do caso e na identificação e punição dos responsáveis.



[Nota Pública - Auditoras-Fiscais do Trabalho são perseguidas por cumprirem a lei](#)

[Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Em reunião com ministro do Trabalho, SINAIT trata de segurança, bônus e concurso público](#)

[Clique ou escaneie o qrcode](#)



[SINAIT pede capacitação para o uso adequado do protocolo de segurança e manifestação da SIT à agressão à AFT](#)

[Clique ou escaneie o qrcode](#)



[SINAIT e Auditores de São Luís tratam de demandas da categoria e ameaças aos colegas no Estado](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)



[Em São Luís, SINAIT pede apoio e celeridade às autoridades contra assédio sofrido por Auditoras-Fiscais no Maranhão](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)

2022

29) 2023 - Auditor sofre constrangimento e embaraço durante ação fiscal em festival gastronômico, em Armação dos Búzios

Durante o renomado festival gastronômico Degusta Búzios, realizado nos primeiros finais de semana de agosto de 2023, no horário noturno, uma situação de constrangimento e embaraço prejudicou a atuação da Fiscalização do Trabalho. O incidente ocorreu em Armação de Búzios, no estado do Rio de Janeiro, quando o Auditor-Fiscal se viu obrigado a suspender uma ação fiscal devido a alegações infundadas de empregadores.

O desenrolar do incidente se deu quando o Auditor-Fiscal notificou diversos estabelecimentos durante suas inspeções, revelando irregularidades relacionadas aos vínculos empregatícios. Porém, a situação tomou um rumo inesperado quando guardas municipais, induzidos por denúncias falsas por parte dos empregadores, confrontaram o AFT e ameaçaram levá-lo para a delegacia, questionando a validade da Carteira de Identidade Fiscal – CIF.

O embate ilegal e constrangedor persistiu por mais de trinta minutos, na região costeira conhecida como Orla Bardot. A cena atraiu a atenção de curiosos transeuntes que se aglomeraram para testemunhar a tensão entre o fiscal e os guardas municipais.

Após o Auditor apresentar evidências, incluindo um site que lista os Auditores-Fiscais do Trabalho em todo o Brasil e citar artigos legais que embasavam sua atuação, os guardas finalmente liberaram o AFT. No entanto, a hostilidade continuou, uma vez que os guardas passaram a segui-lo, enquanto ele notificava os estabelecimentos.

O incidente foi comunicado às autoridades locais e regionais, que seguiram o Protocolo de Segurança e decidiram interromper temporariamente a operação fiscal em andamento. Na semana seguinte, uma equipe de Auditores da sede, e da Gerência Regional do Trabalho de Cabo Frio, acompanhada de seis agentes da Polícia Federal, retornou à cidade para conduzir uma nova rodada de inspeções nos estabelecimentos participantes do festival e nas lojas que ficam nos arredores.

Como a ação fiscal ainda está em andamento não se tem os números exatos dos empregados encontrados sem registros em carteira.



[Auditor sofre constrangimento e embaraço durante ação fiscal em festival gastronômico, em Armação de Búzios \(RJ\)](#)

 [Clique ou escaneie o qrcode](#)

30) 2023 – Auditor-Fiscal do Trabalho sofre represálias após participar de operação de resgate de trabalhadora doméstica escravizada

O Auditor-Fiscal do Trabalho Humberto Monteiro Camasmie coordenou operação que resgatou a doméstica Sônia Maria de Jesus de condições análogas à escravidão, em ação fiscal realizada no dia 6 de junho de 2023, Blumenau, município de Santa Catarina.

O Auditor, desde então, vem sendo alvo de procedimentos investigativos pela Polícia Federal de Santa Catarina por determinação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Campbell Marques, por violação de sigilo funcional, cuja pena é de seis meses a dois anos de detenção. No dia 6 de fevereiro, o Auditor-Fiscal do Trabalho Humberto Monteiro Camasmie teve sua residência alvo de operação de busca e apreensão, durante a qual foi apreendido o seu celular particular.

O motivo foi a entrevista concedida por Camasmie ao programa Fantástico, da Rede Globo. Os fatos por ele noticiados durante sua entrevista encontravam-se sob sigilo de Justiça, segundo o ministro.

Além da medida criminal, Campbell Marques determinou que o Auditor-Fiscal seja investigado pela Corregedoria do Ministério do Trabalho e Emprego pelo suposto vazamento de informações da investigação.

No dia 6 de setembro de 2023, o desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina Jorge Luiz de Borba, acusado de manter Sônia Maria de Jesus em condições análogas à escravidão por quase 40 anos, levou a trabalhadora, que se encontrava em um abrigo, de volta para a sua casa. A ação foi assegurada por uma decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Para isso, o ministro do STF, André Mendonça, rejeitou um recurso da Defensoria Pública que buscava impedir o reencontro, a fim de proteger a vítima.

De acordo com Campbell Marques, os depoimentos colhidos não apontam existência de crime no caso. “Pelos últimos 40 anos, a suposta vítima do delito viveu como se fosse membro da família”, afirmou o ministro do STJ.

O sigilo de justiça determinado por Campbell Marques não permitiu e ainda não permite revelar elementos de convicção e provas produzidas que demonstrariam a dimensão da violência sofrida pela resgatada nestes 40 anos de escravidão em que conviveu com a família do desembargador. Mulher preta, Sônia tem 50 anos, é surda, não fala, e também não aprendeu a língua de sinais.



[Nota de Repúdio ao ataque contra a Auditoria-Fiscal do Trabalho](#)

Clique ou escaneie o qr code



[Nota de apoio ao Auditor-Fiscal do Trabalho Humberto Camasmie](#)

Clique ou escaneie o qr code



Sindicato Nacional dos
Auditores Fiscais do Trabalho

sinait.org.br

 /sinaitaft  @sinaitbr  /sinaitplay  @sinaitbr

SCN QUADRA 01, BLOCO C, Nº 85 - EDIFÍCIO BRASÍLIA TRADE CENTER - SLJ 10 SALAS 401/8
BRASÍLIA-DF - CEP: 70711-902 TELEFONES: 61-3328 0875